



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 04/12/2019



Ferramenta CityRAP - Resiliência da cidade: ferramenta de planejamento de ações

O CityRAP Tool é o principal produto do DiMSUR. É uma ferramenta usada para treinar gestores municipais e técnicos municipais em cidades de pequeno a médio porte na África Subsaariana. O CityRAP permite que as comunidades compreendam e planejem ações destinadas a reduzir riscos e aumentar a resiliência por meio do desenvolvimento de uma Estrutura de Ação para Resiliência.

O CityRAP foi projetado como uma ferramenta capacitadora e não prescritiva, pois o princípio central é promover a propriedade do governo local e das comunidades. O processo CityRAP inclui um conjunto de treinamentos, exercícios e atividades direcionados aos municípios que desejam iniciar seu planejamento de ações de resiliência.

O CityRAP coloca os governos locais e as partes interessadas urbanas no banco do motorista do planejamento de resiliência urbana para garantir a retenção e o uso da capacidade. O design da ferramenta permite que os governos locais a adaptem e implementem com mínima intervenção externa. Ele se baseia em métodos participativos - como autoavaliações do governo local, exercícios participativos de mapeamento de riscos e planejamento de ações intersetoriais - para alavancar o conhecimento local para entender e planejar a resiliência.

O resultado da ferramenta CityRAP é uma Estrutura de Resiliência para Ação (RFA)

O RFA é um documento-chave que orienta os tomadores de decisão a melhorar a resiliência da cidade e reduzir os riscos. A RFA identifica desafios e prioridades relevantes de acordo com o contexto e as realidades locais. Ele define as principais ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazo para superar os desafios,

promovendo estreita colaboração e coordenação entre os setores. A prerrogativa mais importante da RFA deve ser implementável.

FONTE: http://dimsur.org/wp-content/uploads/2019/03/CityRAP-Tool_Booklet_05032019-compressed.pdf



Um dilema da linguagem: "Desastres naturais" na literatura acadêmica

Por décadas, seções da comunidade acadêmica enfatizaram que desastres não são naturais. No entanto, políticos, mídia, várias organizações internacionais - e, surpreendentemente, muitos pesquisadores estabelecidos que trabalham em estudos de desastres - ainda usam amplamente a expressão "desastre natural". Os autores analisaram sistematicamente o uso da expressão "desastre natural" por desastre. estuda pesquisadores em 589 artigos em seis principais periódicos acadêmicos representativos da pesquisa de desastres e descobriu que os autores estão usando a expressão de três maneiras principais:

1. delinear riscos naturais e induzidos pelo homem;
2. usando a expressão para alavancar popularidade; e
3. criticando a expressão "desastre natural".

Os pesquisadores também identificaram temas de vulnerabilidade que ilustram o contexto do uso de "desastres naturais". As implicações de continuar usando essa expressão, enquanto pesquisamos explicitamente a vulnerabilidade humana, são amplas e aqui é explorado o que isso significa para nós e nossos colegas. Este estudo visa particularmente estimular o debate dentro da comunidade de pesquisa de estudos sobre desastres e campos relacionados, sobre se o termo "desastre natural" é realmente adequado para o propósito de avançar.

FONTE: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13753-019-00232-2>



Especialista da ONU examinará situação do Brasil em relação a substâncias e resíduos perigosos

O especialista de direitos humanos Baskut Tuncak visitará o Brasil de 2 a 13 de dezembro de 2019 para avaliar a situação do país em relação a substâncias e resíduos perigosos.

“Eu considero o Brasil um país com oportunidades significativas em relação as suas responsabilidades no que tange a poluição tóxica e resíduos perigosos, incluindo o dever de prevenir sua exposição,” afirmou Tuncak.

“As indústrias extrativas serão um foco particular da minha visita. Eu tenho interagido com o governo brasileiro em várias ocasiões sobre os colapsos das barragens de rejeitos das minas de minério de ferro do Córrego do Feijão em Brumadinho e Fundão em Mariana, e antecipo discussões aprofundadas com várias das partes interessadas.”

A visita de duas semanas do especialista inclui paradas em Brasília (DF), e nos estados de Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco. Ele encontrará com representantes do governo, sociedade civil e da comunidade empresarial.

“Essa visita também envolverá discussões com relação aos setores de agricultura, particularmente os agroquímicos perigosos para a saúde e o meio ambiente”, disse Tuncak, relator especial sobre as implicações de direitos humanos relacionadas com a gestão e eliminação ambientalmente racional de substâncias e resíduos perigosos (tóxicos).

Além disso, a poluição do ar, incluindo gases de efeito estufa, partículas e outras substâncias dos incêndios na floresta amazônica, assim como a poluição da água após o derramamento de óleo no nordeste do Brasil serão examinados.

“Estou ansioso para entender sobre o progresso e desafios para o exercício dos direitos à vida, saúde, informação e a uma reparação efetiva, entre outros, em relação a substâncias e resíduos perigosos.”

Tuncak fará uma coletiva de imprensa no dia 13 de dezembro de 2019 às 14h, horário local, na Casa da ONU em Brasília, localizada no Setor de Embaixadas Norte, Quadra 802 Complexo Sergio Vieira de Mello Lote 17 – Asa Norte, Brasília – DF, 70800-922, onde ele compartilhará suas observações preliminares. O acesso será restrito a jornalistas.

O relator especial apresentará um relatório completo com sua análise e recomendações ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em setembro de 2020.

FONTE: https://nacoesunidas.org/especialista-da-onu-examinara-situacao-do-brasil-em-relacao-a-substancias-e-residuos-perigosos/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29



Adaptação climática e teoria da mudança: fazendo o trabalho para você

A *Teoria da Mudança (ToC)* tornou-se um termo comum nos círculos de adaptação climática nos últimos anos. Como um número crescente de doadores e entidades financiadoras exige teorias de mudança, pode parecer mais um passo a percorrer, especialmente para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), onde os recursos são limitados e a equipe geralmente é sobrecarregada. Então, por que os profissionais de adaptação ocupados devem responder positivamente ao ToC e por que isso importa? E o que ToC significa de qualquer maneira, e como você começa a desenvolver um?

Esta nota informativa destacará alguns dos recursos mais comuns do sumário e examinará como, se usado adequadamente, pode ser uma ferramenta útil para o SIDS no planejamento e avaliação de projetos de mudança climática. A esperança é desmistificar a ToC e o jargão que frequentemente a cerca. As conclusões reforçam algumas mensagens-chave para quem desenvolve o ToC para projetos de adaptação climática. Um útil Jargon Buster está incluído no final desta Nota Informativa para ajudar a navegar pelas várias terminologias.

FONTE: https://climateanalytics.org/media/theory_of_change_briefing_note.pdf



Perdas econômicas devido a extremos relacionados ao clima na Europa

Nos países membros do Espaço Econômico Europeu (EEA-33), o total de perdas econômicas relatadas causadas por condições climáticas e extremos relacionados ao clima no período 1980-2017 totalizou aproximadamente 453 bilhões de euros (valores de 2017 em euros). As perdas econômicas anuais médias nos países membros do EEE variaram entre 7,4 bilhões de euros no período 1980-1989, 13,4 bilhões de euros (1990-1999) e 14,0 bilhões de euros (2000-2009). Entre 2010 e 2017, as perdas médias anuais foram de cerca de 13,0 bilhões de euros.

Essa alta variabilidade dificulta a análise das tendências históricas, uma vez que a escolha dos anos influencia fortemente o resultado da tendência. As variações observadas nas perdas econômicas relatadas ao longo do tempo são difíceis de interpretar, pois uma grande parte do total de perdas deflacionadas foi causada por um pequeno número de eventos.

Especificamente, mais de 70% das perdas econômicas foram causadas por menos de 3% de todos os eventos registrados exclusivos. Nos Estados-Membros da UE (UE-28), as catástrofes causadas pelo clima e pelos extremos relacionados com o clima representaram cerca de 83% das perdas monetárias no período 1980-2017. As perdas relacionadas ao clima e ao clima totalizaram 426 bilhões de euros (valores de 2017).

Os extremos climáticos mais caros dos Estados-Membros da UE incluem as inundações de 2002 na Europa Central (mais de 21 bilhões de euros), a seca e a onda de calor de 2003 (quase 15 bilhões de euros) e as tempestades de inverno de 1999 Lothar e inundações de outubro de 2000 na Itália e França (ambos EUR 13 bilhões), todos com valores de 2017.

FONTE: <https://www.eea.europa.eu/data-and-maps/indicators/direct-losses-from-weather-disasters-3/assessment-2>



A EPA deve tomar ações adicionais para gerenciar os riscos das mudanças climáticas

As mudanças climáticas podem aumentar a frequência e a intensidade de certos desastres naturais, que podem danificar os locais do Superfundo - os locais de resíduos perigosos mais contaminados do país.

Dados federais sugerem que cerca de 60% dos sites do Superfund supervisionados pela EPA estão em áreas que podem ser impactadas por incêndios florestais e diferentes tipos de inundações - riscos naturais que podem ser exacerbados pelas mudanças climáticas.

Este relatório examina, entre outros objetivos

1. o que os dados federais disponíveis sugerem sobre o número de sites não federais de inadimplência localizados em áreas que podem ser impactadas por efeitos selecionados das mudanças climáticas e
2. até que ponto a EPA gerenciou riscos para a saúde humana e o meio ambiente a partir dos possíveis impactos dos efeitos das mudanças climáticas nesses locais.

O GAO analisou os dados federais disponíveis; leis, regulamentos e documentos revisados; entrevistou funcionários federais e partes interessadas; visitou três locais não federais de inadimplência que sofreram desastres naturais; e comparou as ações da EPA para gerenciar riscos aos seis elementos essenciais do GAO de gerenciamento de riscos corporativos.

FONTE: <https://www.gao.gov/products/GAO-20-73>



Gerenciamento de águas de enchentes para recarga de aquíferos: considerações econômicas para políticas

As águas subterrâneas são uma fonte crítica de água doce. A partir de 2015, as águas subterrâneas contribuíram com quase 40% do abastecimento público de água nos EUA. Entretanto, muitas bacias subterrâneas sofreram com o declínio dos estoques de água subterrânea devido ao excesso de bombeamento, levando a custos de bombeamento mais altos, subsidência da terra e outras consequências negativas. O Vale Central da Califórnia se sobrepõe a um desses sistemas aquíferos em declínio.

Em meio a uma seca extrema, o estado aprovou uma lei em 2014, a Lei de Gerenciamento Sustentável de Águas Subterrâneas. A legislação exige que os órgãos públicos locais tratem o cheque especial em águas subterrâneas e suas consequências negativas até 2040.

Este artigo discute uma abordagem do lado da oferta: uso de água de inundação para recarga gerenciada de aquífero (MAR de inundação). Primeiro, discute a disponibilidade de água da enchente para recarga gerenciada de aquíferos na Califórnia e, em seguida, mostra como um mecanismo de leilão para esse recurso escasso poderia promover sua alocação eficiente e equitativa.

FONTE: <http://www.globalwaterforum.org/2019/11/19/managing-flood-water-for-aquifer-recharge-economic-considerations-for-policy/?pdf=16230>



Análise de governança de risco da Colômbia

A Colômbia lançou uma reforma ambiciosa para melhorar sua governança de riscos e aumentar a resiliência a desastres. Este exame de governança de riscos de desastres da OCDE analisa o progresso da Colômbia na implementação da reforma em relação à recomendação da OCDE de 2014 sobre a governança de riscos críticos. O relatório identifica fatores de sucesso e boas práticas na implementação da agenda de reforma de riscos de desastres, com foco nas políticas do governo central e sua implementação, e fornece um conjunto de recomendações para fortalecer os esforços da Colômbia no futuro.

FONTE: https://read.oecd-ilibrary.org/governance/risk-governance-scan-of-colombia_eeb81954-en#page1

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>